Mensagens de Vorcaro colocam atuação de Moraes sob escrutínio e aprofundam crise no STF

Relatório da Polícia Federal revela contatos frequentes entre ministro e ex-banqueiro, questionamentos sobre investigações e contratos milionários; caso provoca reação da PGR e pressão por apuração institucional.

A divulgação de mensagens recuperadas pela Polícia Federal no celular de Daniel Vorcaro, ex-controlador do Banco Master, abriu uma nova e grave frente de questionamentos sobre a relação do banqueiro com o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O conteúdo, tornado público após a retirada do sigilo determinada pelo ministro André Mendonça, levou a cúpula do Judiciário a uma situação de forte tensão institucional.

De acordo com o relatório da PF, Vorcaro manteve contato direto com Moraes em diferentes momentos e teria buscado auxílio do ministro enquanto enfrentava investigações relacionadas ao Banco Master. Entre os registros estão mensagens nas quais o ex-banqueiro questiona o andamento das apurações, solicita encontros e demonstra preocupação com possíveis medidas contra ele.

Um dos episódios mais sensíveis ocorreu às vésperas da prisão de Vorcaro, em novembro de 2025. Segundo o material, dois dias antes de ser detido, o banqueiro perguntou a Moraes se deveria deixar o país. No período que antecedeu a prisão, também foram registrados contatos para marcar encontros entre os dois.

As mensagens recuperadas pela PF apontam ainda para pedidos de Vorcaro relacionados à atuação de autoridades de primeiro escalão, entre elas o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. Em uma das mensagens, o banqueiro questiona se seria possível “reverter” a situação com Paulo e Andrei.

O conteúdo, porém, não permite concluir que as solicitações tenham sido efetivamente atendidas. A perícia conseguiu recuperar mensagens enviadas por Vorcaro, mas não teve acesso a todas as eventuais respostas atribuídas a Moraes, o que impõe cautela na interpretação do material.

Contratos milionários ampliam os questionamentos

Outro ponto que elevou a temperatura do caso envolve contratos entre o Banco Master e o escritório de advocacia Viviane Barci de Moraes, esposa do ministro.

Segundo o relatório da PF, um contrato de aproximadamente R$ 131 milhões teve sua última alteração registrada nos metadados pelo usuário identificado como “Ministro Alexandre de Moraes”. A informação passou a integrar o conjunto de elementos que estão sendo discutidos no âmbito da investigação.

A documentação também menciona uma proposta posterior, no valor de R$ 50 milhões, que previa parte do pagamento por meio de cotas de um jatinho e de um helicóptero. Segundo o escritório, essa proposta não foi aceita, não houve assinatura e o contrato original acabou encerrado após a liquidação do Banco Master.

A defesa do escritório também afirma que houve apenas um primeiro contrato, de cerca de R$ 130 milhões, e nega qualquer transferência ou substituição contratual.

Fábio Faria aparece como elo nas conversas

O relatório da PF também aponta o ex-ministro das Comunicações Fábio Faria como um dos intermediários da aproximação entre Vorcaro e Moraes.

Segundo a investigação, Faria teria repassado ao banqueiro os contatos de Moraes no fim de 2023. Posteriormente, aparecem registros de mensagens envolvendo encontros e referências ao ministro e à advogada Viviane Barci de Moraes.

Faria afirmou, em nota, que indicou o escritório para atuar em uma questão judicial em São Paulo, mas disse não ter participado das reuniões com a banca nem ter conhecimento dos valores posteriormente contratados entre as partes.

PGR questiona legalidade da investigação

A crise ganhou outra dimensão com a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que pediu a nulidade do relatório produzido pela Polícia Federal.

Gonet sustenta que André Mendonça teria ultrapassado os limites de sua competência ao determinar o aprofundamento da apuração sobre as conversas envolvendo Moraes sem prévia provocação do Ministério Público ou da própria PF. Para a PGR, uma eventual investigação contra um ministro do Supremo deveria seguir outro rito institucional, com encaminhamento ao presidente da Corte e posterior análise do plenário.

Mendonça, por sua vez, pediu ao presidente do STF, Edson Fachin, que o assunto seja levado ao plenário da Corte para discussão presencial. O episódio expõe uma situação incomum: o próprio Supremo precisa avaliar os limites de uma investigação que envolve um de seus integrantes, enquanto a PGR contesta a forma como parte dessa apuração foi conduzida.

Fachin cobra limites e promete providências

Diante do agravamento da crise, Edson Fachin fez nesta quarta-feira (2) uma manifestação que, embora não tenha citado nominalmente Moraes ou Vorcaro, foi interpretada no contexto das recentes revelações.

O presidente do STF afirmou que a autoridade do cargo não confere privilégios, mas impõe deveres, limites e responsabilidades. Fachin também declarou que os indícios exigem encaminhamento institucional e anunciou que, após a análise dos fatos e dos procedimentos pertinentes, a Presidência do Supremo adotará as medidas que considerar cabíveis e necessárias.

A declaração é particularmente relevante porque desloca o debate do campo exclusivamente político para o institucional. Em um momento de forte desgaste da imagem do Judiciário, a resposta do STF será observada não apenas pelos envolvidos diretamente no caso, mas por uma sociedade que cobra transparência e igualdade na aplicação das regras.

Crise ultrapassa os limites do Supremo

O caso já repercute no Congresso Nacional e no ambiente eleitoral. Parlamentares da oposição intensificaram as cobranças por medidas contra Moraes, enquanto aliados do governo e integrantes do centro político avaliam os possíveis impactos do episódio sobre a disputa eleitoral de 2026.

O problema, entretanto, não se resume à disputa entre grupos políticos.

Quando mensagens encontradas em uma investigação criminal apontam para contatos entre um investigado e integrantes de instituições responsáveis pela fiscalização, investigação ou julgamento de seus atos, o primeiro dever das autoridades é esclarecer os fatos com independência.

A questão central não é apenas quem conversou com quem, mas se houve qualquer tentativa de interferência em investigações, tratamento privilegiado ou conflito de interesses — e, principalmente, se as instituições possuem mecanismos capazes de apurar essas suspeitas quando os envolvidos ocupam posições no topo da estrutura de poder.

Transparência será decisiva

As revelações não autorizam, por si só, conclusões definitivas sobre eventual irregularidade cometida por Moraes. O ministro não se manifestou sobre o conteúdo divulgado, e diversos pontos ainda dependem de esclarecimento e apuração formal.

Mas também seria inadequado tratar o episódio como uma controvérsia meramente política.

A credibilidade das instituições depende da capacidade de investigar inclusive quando a investigação alcança seus próprios integrantes. O Supremo, a PGR e a Polícia Federal precisam demonstrar que possuem independência e instrumentos adequados para separar fatos comprovados, indícios, suspeitas e interpretações.

A manifestação de Fachin coloca o STF diante de uma responsabilidade que vai além da preservação da imagem da Corte. O desafio é assegurar que a apuração seja conduzida com serenidade, transparência, devido processo legal e ausência de privilégios.

Em uma democracia, autoridade não pode significar imunidade a questionamentos. Se as instituições querem preservar sua legitimidade, precisam mostrar que as regras também valem para quem ocupa os cargos mais poderosos da República.

Por Cassiano Aguilar

Foto: Divulgação

http://jornalpanfletus.com.br/noticia/8769/mensagens-de-vorcaro-colocam-atuacao-de-moraes-sob-escrutinio-e-aprofundam-crise-no-stf em 16/10/2026 23:26